

Dívida pública em títulos cresceu 60%

5 FEV 1986

por Jurema Baesse
de Brasília

O diretor da Dívida Pública do Banco Central (BC), André Lara Rezende, informou a este jornal que a dívida pública federal em circulação no mercado — os títulos públicos como as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) e as Letras do Tesouro Nacional (LTN) que estão fora das autoridades monetárias — apresentou em 1985 um crescimento nominal de 438,45%, o que representa um crescimento real de 60,68%, medido pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI), que atingiu, em dezembro, 235,1%.

O governo determinou que as dívidas dos estados, dos municípios e das estatais com o exterior que fossem vencendo, e não pudessem ser honradas, ficassem cobertas pelo aviso GB-588 e pelo MF-30.

“Trocando em miúdos, estes dois fundos referem-se a linhas de crédito criadas no Banco do Brasil (BB) para a cobertura de

dívidas contratadas no exterior e não honradas. O aviso GB-588 caracteriza-se pela inadimplência do devedor e o MF-30 pela iliquidez temporária da empresa ou do estado, que funciona como uma espécie de empréstimo-ponte.”

“E para o governo financiar esses fundos”, continuou Lara Rezende, “ele foi obrigado a aumentar a sua dívida em títulos públicos.”

Em valores, a dívida pública em mercado passou de Cr\$ 35,42 trilhões, em 31 de dezembro de 1984, para Cr\$ 190,7 trilhões em 31 de dezembro do ano passado. Tanto os dados de 1984 quanto os do ano passado, esclareceu o Departamento de Operações Mobiliárias (Demob) do BC, consideraram como dívida em mercado tudo que está no mercado voluntariamente, excluindo, portanto, os títulos negociados no extramercado.

No extramercado são negociados os títulos adquiridos por entidades financeiras oficiais — Caixa Econômica, Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Nacional da Habitação (BNH) e outros —, de acordo com o Decreto-lei nº 1.290. E todos esses títulos são emitidos com cláusula de recompra; logo o Demob entende que os títulos pertencem à carteira do BC.

Já o Departamento Econômico (Depec) incluiu nos seus dados o total de títulos em poder do extramercado. Essa diferença de conceitos explica a diferença de dados do Depec e do Demob. Enquanto o Depec informa que a dívida mobiliária interna federal, exceto autoridades monetárias, atingiu Cr\$ 49,9 trilhões em 1984, o Demob informa que ela atingiu Cr\$ 35,4 trilhões. “E em 1984”, acrescentou o chefe do Demob, Eduardo Nacal, “as operações de compras de títulos por parte do BB, quando este participava normalmente dos leilões de títulos como um banco comercial, foram incluídas como sendo voluntárias.”

(Continua na página 18)

POLÍTICA MONETÁRIA

5 FEV 1986

Dívida pública em títulos cresceu 60%

por Jurema Baesse
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

A partir de julho do ano passado a curva de crescimento de colocação de papéis da dívida pública em termos reais começou a sofrer uma sensível reversão. Em julho, a dívida em papéis já havia crescido 90,9% reais; em agosto, esse crescimento caiu para 85,1%; em setembro, para 66,9% (a queda mais significativa); e, finalmente, para 61,7% em outubro e 50,8% em novembro. No último mês do ano, o crescimento real retomou, praticamente, a variação de ou-

tubro, pouco superior a 60%.

Essa variação indica que até novembro o governo preferiu financiar o seu déficit pela emissão de dinheiro, em vez de colocar mais títulos no mercado. Em dezembro essa postura inverteu-se um pouco, o que provocou esse aumento da dívida em títulos.

No ano passado, o BC, além de promover a rolagem da dívida, ainda colocou no mercado Cr\$ 25,6 trilhões em títulos, o que significa que o Banco Central retirou essa quantidade de dinheiro da economia, efetuando um enxugamento de recursos do sistema.